

## CAMINHOS PARA ADOÇÃO<sup>A</sup>

Maria da Penha Oliveira Silva  
Flávio Lôbo Guimarães  
Soraya Kátia Rodrigues Pereira

*(Capítulo aceito para publicação em julho de 2011. GUIA DE ADOÇÃO: no jurídico, no social, no psicológico e na terapia familiar, sob a organização de Cynthia Ladvocat e Solange Diuana)*

O trabalho com a questão do abandono, do acolhimento institucional e da reinserção social de crianças e adolescentes envolve diversas instituições e atores sociais. Um modelo de intervenção terá mais condições de contribuir positivamente para este cenário se levar em conta a complexidade das relações advinda desta rede. O presente texto apresenta uma reflexão acerca do percurso de um projeto social cujo objetivo foi contribuir para o sucesso da adoção legal, promovendo a convivência familiar de crianças e adolescentes.

O projeto Caminhos para Adoção surgiu de uma parceria entre a ONG Aconchego Grupo de Apoio a Adoção e a OSCIP Instituto Berço da Cidadania, apoiadas por duas universidades (UNIP e Universidade Católica de Brasília). Para a realização de suas atividades contou ainda com o apoio institucional da 1ª Vara da Infância e da Juventude do DF (1ª VIJDF) e do apoio financeiro do “Criança programa da Rede Globo.

No entanto, essa história teve início alguns anos antes. Em Brasília, o Aconchego já realizava desde 1997 um trabalho de apoio às famílias adotivas, seja através de reuniões informais, onde pais e mães adotivos compartilhavam suas experiências com seus filhos adotivos, seja através de palestras públicas realizadas com o objetivo de informação e divulgação da temática da adoção. A parceria entre as instituições mencionadas começou a partir de 2006. A convite da 1ª VIJDF constituiu-se como um grupo de estudo para implementar um programa de preparação de postulantes à adoção, uma vez que o programa executado pela própria Vara<sup>1</sup> com muito bons resultados havia sido interrompido em 2004. Surgiu então o Projeto Pré-Adoção a partir do primeiro semestre de 2007<sup>2</sup>. Até o ano de 2010 foram realizados 19 grupos de preparação e cerca de 370 pessoas receberam certificado de participação dos grupos de pré-adoção.

---

A - Este trabalho representa uma construção teórico-prática de um grupo de profissionais que inclui, além dos autores, Eliana Carla Kobori, Sabrina Rocha Mello, Cássio Veludo, Estela Argolo, Maria Eveline Cascardo Ramos e Dirce Barroso França

O processo de formalização e organização dos grupos de preparação de postulantes motivou a estruturação dos grupos de acompanhamento pós-adoção em Brasília. No final de 2007, o grupo de apoio que funcionava informalmente se estruturou e deu origem ao Grupo de Adoção Tardia<sup>B</sup>, um grupo de acompanhamento técnico e psicológico às famílias que vivem estágio de convivência ou que já adotaram seus filhos. Até o fim de 2010 mais de 100 pessoas participaram do grupo.

Podíamos observar no Grupo de Adoção Tardia que os adotantes que já haviam passado pelos grupos de preparação (Pré-Adoção) estavam mais conscientes dos desafios inerentes à vinculação e mostravam-se mais implicados no processo. Além disso, vinham mais freqüentemente às reuniões, discutiam seus conflitos e pareciam mais dispostos a desenvolver seus papéis parentais.

Em nossa avaliação e na percepção dos técnicos da 1ª VIJDF, o trabalho com a pré e a pós-adoção estava contribuindo para a redução nos casos de devolução das crianças aos serviços de acolhimento bem como a flexibilização do perfil dessas crianças por parte dos postulantes, incluindo adoção tardia, adoção de grupos de irmãos e adoção inter-racial.

Os resultados positivos, no entanto, não eliminavam uma série de desafios que continuavam a surgir nos processos de adoção das famílias acompanhadas. Isto nos levou a formular um projeto mais abrangente para 2010, o já mencionado Projeto Caminhos para Adoção. Pretendemos nas próximas linhas tratar do percurso que nos levou a este projeto. Para tornar mais claro, dividimos o texto em partes que se referem a aprendizados específicos que hoje orientam nosso trabalho.

### **SIGNIFICADOS ACERCA DA ADOÇÃO**

Do que depende o sucesso na construção do vínculo de filiação/parentalidade adotiva? Este texto

obviamente não se presta a dar conta desta questão, mas não podemos deixar de mencionar certas questões com as quais nos deparamos em nossa prática com famílias adotivas.

A primeira delas refere-se ao imaginário social acerca da adoção, que cultiva visões estereotipadas. A influência dos mitos e preconceitos em famílias adotivas é amplamente discutida pela literatura<sup>3,4,5</sup>. Algumas vezes os próprios profissionais estão impregnados dos significados desses mitos e precisam se conscientizar disso quando se propõem a trabalhar com essa clientela, pois o contexto terapêutico ironicamente pode deter-se apenas na questão da adoção como se a realidade se reduzisse a isso, contribuindo para a estigmatização dentro do próprio trabalho<sup>6</sup>.

Instala-se então o que podemos chamar de linguagem do déficit, que constrói descrições em função do que falta, do negativo, do ruim. Quando essas descrições se cristalizam, nem os sinais de mudança são reconhecidos. Algumas vezes, mesmo comportamentos que demonstram responsabilidade, aproximação ou obediência podem ser vistos com desconfiança e até interpretados de forma negativa (como cinismo ou interesse, por exemplo), perpetuando o rótulo e a forma como o as pessoas se organizam em torno dele<sup>7</sup>.

Parte do nosso trabalho está em relativizar essas visões acerca da criança e do processo de construção do vínculo afetivo. No entanto, vale ressaltar o risco de um movimento diametralmente oposto: a negação das diferenças existentes entre a filiação/parentalidade adotiva e a biológica. Isso pode ser percebido muitas vezes na excessiva idealização da criança, na tentativa de se apagar seu passado, desconsiderar suas dificuldades e seu sofrimento.

Procuramos nos situar em uma posição distinta das acima mencionadas. Nem “catastrofizar”, nem idealizar. Concebemos a construção do vínculo como um processo, um caminhar repleto de tentativas, erros e acertos. Cada um dos sujeitos envolvidos participa e é co-responsável nesse caminho. Nosso trabalho é proporcionar o encontro, como

---

B - O grupo enfatiza o apoio a famílias que adotaram crianças maiores de dois anos de idade.

um convite moreniano: “um encontro entre dois: olho no olho, cara na cara”<sup>8</sup> potencializando a disposição de cada uma das partes para uma relação plena de troca e de compreensão mútua<sup>9</sup>, elementos mínimos para a formação de um vínculo. Para que tal encontro possa acontecer torna-se fundamental que as visões estereotipadas já mencionadas possam ser superadas.

## **VÍNCULO, PERTENCIMENTO E INDIVIDUAÇÃO**

Sabe-se que a criança acolhida em uma instituição já viveu uma grande ruptura de vínculos afetivos. A partir de sua retirada de sua família biológica, começa a estabelecer contato com uma série de pessoas, quais sejam, conselheiros tutelares, profissionais dos centros de referências da assistência social, técnicos da Vara da Infância, cuidadores/educadores dos serviços de acolhimento, voluntários entre outros. Ou seja, enquanto vivencia um processo de perda de seus vínculos de origem, a criança arrisca-se para formar novos vínculos. O esforço psíquico empregado para sustentar tais relações é demasiado intenso para esse sujeito ainda em formação. O temor em trocar o ambiente conhecido (entidade de acolhimento), ainda que precário, por outro desconhecido (nova família), que segundo sua imaginação poderá lhe trazer perigo e infelicidade a deixa extremamente insegura na construção desse novo vínculo<sup>10</sup>.

Algumas vezes esta reserva se dá por uma dificuldade dos próprios técnicos e cuidadores no processo de vinculação/desvinculação no período em que a criança está na entidade de acolhimento. Muitos, levando em conta a experiência traumática da criança, procuram manter certa distância com o intuito de prevenir perdas posteriores. Os cuidadores, ao mesmo tempo que se defrontam com a necessidade de cuidar das crianças, vivem também o drama da separação iminente. E impossibilitados de dar provimento a essas demandas, reagem defensivamente. Esclarece França<sup>11</sup>: “É contra esse tipo de fracasso que a cuidadora, muitas vezes, elabora

atitudes de distanciamento que a protegem de todo engajamento afetivo em relação à criança.”

A consequência disso para a criança é uma “solidão acompanhada” e uma dificuldade crescente de estabelecer uma relação de apego, em que se sinta segura, aceita, com a sensação de pertencimento.

Em nossa concepção, o processo de desvinculação não se torna mais simples se o vínculo formado é superficial. Compreendemos o processo de construção da autonomia em uma perspectiva onde a formação de vínculos e a inserção em relações significativas prestam um importante papel. No processo de separação-indivuação<sup>12</sup>, depender de alguém constitui uma experiência fundamental para a construção da autonomia. Da mesma forma, o sentimento de pertencimento constitui uma peça-chave para a busca de seu próprio lugar no mundo. Assim, poderíamos dizer que seria muito mais fácil se separar de alguém com quem se fez vínculo, do que de alguém com quem não se fez.

A construção de vínculos saudáveis é portanto um requisito fundamental para o desenvolvimento do sujeito. Por isso devemos olhar com muita atenção para o contexto interpessoal em que estas crianças e adolescentes estão inseridos. Nas instituições de acolhimento, em relação com os cuidadores e técnicos, a criança adquirirá uma série de ferramentas para lidar com seus futuros relacionamentos, entre os quais sua família adotiva.

## **A INCLUSÃO DA CRIANÇA EM SEU PROCESSO DE ADOÇÃO**

Construir vínculos com crianças que sofreram em idade precoce o abandono, a negligência, ou algum tipo de violência não é uma tarefa fácil. Embora sejam crianças famintas de amor, elas não sabem “digerir” o amor que recebem e quando encontram alguém que se disponibiliza a amá-las, elas não confiam nesse amor. Se aqueles que deveriam amá-la, por diversas razões negligenciaram esse amor, como confiar

nesse outro que não a conhece e que promete amá-la?<sup>2</sup>

Segundo Campos<sup>13</sup>, construir um vínculo de filiação exige esforço, dedicação, trabalho e sobretudo tempo. Este constitui um dos grandes desafios encontrados em nossa prática com os grupos de adoção tardia. São comuns relatos de adotantes ansiosos e até desesperados. Parece que nada que experimentam dá certo, e por mais que o grupo os ajude a treinar o papel de pais, parece que mais distante se encontram desse lugar. São freqüentes relatos sobre o comportamento da criança, tais como *“Ele não está nem aí pra nada, vive dizendo que eu não sou mãe dele, que eu não mando nele, que ele vai voltar para a entidade de acolhimento”*; ou ainda *“Dou tudo pra ele e ainda assim ele rouba o celular da professora.”* Também são comuns comentários que a criança tem problemas psicológicos e que, portanto, precisa de terapia. Percebemos que os adultos dessa forma responsabilizam os filhos pela situação conflituosa. Ao longo de nosso percurso, relatos como esses nos fizeram pensar na existência lacunas nesse processo, que algo não estava sendo feito.

Francisca<sup>C</sup>, uma participante do grupo de Adoção Tardia, em um processo de guarda havia mais de seis meses com uma criança de seis anos de nome Luciana, trazia queixas de que a mesma estava muito desobediente, não aceitava limites, confrontava as regras e dizia a todo o momento que ela não era a mãe dela e que queria voltar para a entidade de acolhimento. A primeira hipótese que se levantou na reunião do grupo de Adoção Tardia era que Luciana precisava ser confirmada como filha dessa família, precisava ter garantias de que não seria devolvida ou até que precisava dizer que devolveria a família antes de ser devolvida. Mas Francisca insistia que havia algo mais nesse processo, que não era só uma questão de teste de filiação. Francisca percebeu que Luciana não sabia o que estava ocorrendo com ela, e que ao dizer: *“Eu já tenho mãe, você não é minha mãe.”*; *“Você não manda em mim”*; ou *“Quero ficar com minha irmã”* parecia mostrar que estava confusa com seu papel atual.

Francisca procurou a assistente social da entidade de acolhimento e questionou sobre o que havia sido dito a Luciana sobre o seu processo de adoção. Constatou que ninguém havia conversado com ela sobre o assunto. Não sabia, por exemplo, que a partir daquele momento ela não veria mais a sua mãe biológica. Que sua família de origem havia perdido o poder familiar.

A partir da constatação de Francisca no caso acima, começamos a observar os processos das outras famílias que estavam participando do grupo e outros relatos semelhantes foram trazidos. Até aquele momento, estes questionamentos eram traduzidos por nós apenas como testes do vínculo/do amor, ou como uma forma da criança/adolescente se proteger de mais um abandono<sup>10,13</sup>.

Entretanto, ao longo das discussões do grupo fomos percebendo que o comportamento das crianças também revelava um não-saber. Não tinham consciência acerca do que estava acontecendo, não sabiam da destituição do poder familiar, do significado da adoção, da construção do novo vínculo de filiação/parentalidade. Pôde-se observar, então, que em muitos dos casos, a criança estava alheia ao processo, como se não lhe dissesse respeito. Essa falta de implicação parecia aumentar as dificuldades inerentes à vinculação.

Constatamos que a criança precisava ser incluída no processo, mas como fazer isso sem aumentar sua responsabilidade para uma adoção bem-sucedida? Como prepará-la para adoção? Como incluí-la de fato em nossos projetos? Fazer um grupo de pré-adoção para crianças? Indicar a criança para psicoterapia? Ir às instituições de acolhimento para trabalhar com as crianças?

## O TRABALHO COM O SISTEMA

Considerando o exposto acima e voltando ao nosso projeto, quando pensamos a estratégia mais adequada para a inclusão da criança no processo, nos perguntamos como ou para quê inserir mais um adulto de maneira provisória na vida da criança abrigada. Isso representaria mais um processo de

C - Os casos apresentados nas vinhetas constituem adaptações para preservar o anonimato dos sujeitos, os nomes utilizados são fictícios.

vinculação superficial e separação, e evidentemente mais um processo de elaboração de luto. Nos demos conta de que esta perspectiva estaria enxergando a criança de forma isolada, sem considerar seu sistema de relações: os cuidadores, os técnicos das entidades de acolhimento, os técnicos da Vara e outros que já faziam parte de sua rede social pessoal. Precisávamos investir em cuidados de qualidade dentro do serviço de acolhimento. Surgiu então a capacitação da rede de profissionais envolvidos com os processos de adoção dessa criança.

Assim, o projeto Caminhos para Adoção, dentro de uma perspectiva sistêmica e das redes sociais, propôs intervenções por meio de três linhas de atuação: 1) preparação de crianças em vias de serem adotadas, por meio da capacitação dos profissionais da rede de proteção e garantia de direitos da criança e do adolescente; 2) preparação de postulantes a adoção encaminhados pela 1ª Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal; e 3) acompanhamento de famílias em processo de adoção.

O ponto interessante a ser destacado é que os técnicos do projeto, embora tenham sempre em mente a defesa do melhor interesse da criança, tiveram pouco ou nenhum contato direto com as crianças adotadas ou em processo de adoção. Talvez alguns questionem esta conduta, mas acreditamos que o trabalho com a rede representou uma alternativa mais adequada naquele momento do projeto. Trabalhamos com os adultos, mas nosso principal foco foi a criança/adolescente.

### **SER SUJEITO É POSSUIR UMA HISTÓRIA**

Reconhecer um sujeito como tal implica entrar em contato com seu mundo, com sua história. Uma relação entre dois iguais que ignore esta dimensão não se constitui verdadeiramente uma relação entre dois sujeitos (Eu-Tu), mas sim uma relação entre sujeito e objeto (Eu-Isso)<sup>14</sup>. Por isso, uma parte fundamental do trabalho foi sensibilizar os técnicos e cuidadores quanto a necessidade de dar mais atenção ao mundo da criança que chega à entidade de acolhimento.

Nesse sentido, a capacitação realizada motivou a rede envolvida com a criança a fazer uma escuta atenta e cuidadosa de sua história. Desenvolveu-se um trabalho voltado para, além de se acolher cuidadosamente a criança que chega à entidade de acolhimento, colher o máximo de informações sobre ela, desde a saída de sua família de origem, o momento de sua chegada à instituição e o tempo ali passado. Para tanto, nos pareceu fundamental que as entidades de acolhimentos abrissem um espaço de fala para essa criança, que se escutassem seus relatos, ainda que parecessem inverossímeis ou tão sofridos.

Um trabalho como esse visa contribuir para o sujeito escrever e reescrever sua história, dar novo significado aos eventos que provocaram seu acolhimento e também suscitar novas possibilidades para sua vida. Somente assim esse sujeito pode se libertar da dor e da falta que o aprisiona ao passado e ao mesmo tempo se reconciliar com a sua própria história. Simples cuidados como observar, registrar e ritualizar podem favorecer a transformação do tempo da criança/adolescente na instituição em tempo de reparação e preparação. O resgate da própria história é fundamental para o processo de construção da identidade, um importante recurso, seja para o retorno à família de origem, seja para a acolhida em uma nova família ou a conquista de um lugar na sociedade.

### **TECENDO A REDE**

No trabalho desenvolvido procuramos reunir, profissionais de diferentes instituições: cuidadores, técnicos das entidades de acolhimento, técnicos da vara da infância e promotoria, técnicos dos centros de referência de assistência social, conselheiros tutelares, de forma que os grupos ficassem heterogêneos. Entre os resultados observados podemos citar a ativação da rede institucional por meio da integração destes profissionais. As reuniões da capacitação representaram um “território neutro”, que proporcionando uma horizontalização das relações, facilitando as trocas.

Especificamente em relação ao estágio de convivência, período que antecipa a guarda provisória ou a adoção, os profissionais envolvidos se complementam em seus papéis. Entendemos que se por um lado o técnico da entidade de acolhimento e a cuidadora reúnem mais condições para preparar a criança para adoção, o técnico da justiça é o responsável jurídico para a construção legal dessa filiação.

Portanto, os procedimentos relacionados ao estágio de convivência foram amplamente discutidos nos grupos e as dificuldades na construção de rotinas de preparação foram trazidas. Como resultado dessas discussões, percebemos que os técnicos da justiça, que acompanhavam mais de perto as famílias requerentes puderam pensar juntamente com os técnicos e cuidadores das entidades de acolhimento, que acompanhavam as crianças, sobre a adequação entre as famílias e as crianças. Novas rotinas de apresentação criança/família foram elaboradas por alguns dos técnicos participantes da capacitação.

Em um dos casos relatados pelos técnicos de uma entidade de acolhimento, encontramos o de Sara e Miguel. Irmãos biológicos de 6 e 5 anos de idade respectivamente, acolhidos havia mais de 4 anos e cadastrados para adoção no final de 2010. Técnicos da entidade de acolhimento e da 1ª VIJDF se uniram e elaboraram um projeto de adoção para essas crianças. A equipe técnica da entidade de acolhimento trabalhou a destituição do poder familiar do ponto de vista da criança, recontaram sua história e as implicações dos não cuidados de sua família biológica. Sara e Miguel foram acolhidos pela cuidadora e puderam vivenciar o luto que a separação definitiva de sua família ocasionou. Foram realizados alguns encontros com as crianças para se trabalhar a significação da adoção e dos papéis familiares. Os técnicos da 1ª VIJDF trabalharam com uma família que já havia passado pelo grupo Pré-adoção e se mostrava disposta a conhecê-los. E no momento da apresentação, as crianças optaram por conhecê-los através de fotografias e em seguida desejaram falar com os postulantes por telefone. Após esses procedimentos, as crianças foram apresentadas pessoalmente e já no primeiro momento puderam demonstrar mais segurança na

proposta de vinculação, ao fazerem alguns questionamentos para família, tais como: *"Porque vocês querem adotar mais crianças?"*; *"Perto da casa tem escola?"*; *"Que festa era aquela que vocês estavam na fotografia?"*; *"Tem comida na casa de vocês?"*; *"Vocês têm outros filhos?"*. Ou seja, as crianças mostravam conhecimento de seu processo e conseqüentemente mais implicadas nas mudanças que viriam.

Neste caso, atuando como supervisores da equipe técnica da entidade de acolhimento, observamos que a integração dos profissionais da rede em todo o processo de adoção. Todos estavam imbuídos da mesma linguagem. Técnicos da entidade de acolhimento, técnicos da Justiça, cuidadora das crianças, postulantes e principalmente as próprias crianças estavam motivados para que o processo se desenvolvesse de forma transparente e muito cuidadosa, e que essa nova filiação pudesse ser concretizada de forma segura. As crianças, foram incluídas no processo e puderam, assim como a família pretendente à adoção, conhecer um pouco da história daqueles que pretendia ser seus pais, seja por uma fotografia, uma carta, ou um telefonema, preparando-se para recebê-los, construindo a família em sua imaginação, fazendo nascer o desejo de se filiar, de pertencer ou não àquele grupo familiar.

Outra ação do projeto visando à integração entre as instituições e a comunidade foram os seminários. Realizamos dois, o primeiro no início do projeto como uma forma de sensibilizar toda a rede para sua execução e o segundo no final do ano para apresentarmos resultados e abrirmos espaço de discussão.

Durante a execução do projeto, fomos percebendo alguns temas difíceis de serem discutidos pela rede, tais como: adoção de crianças mais velhas ou adolescentes, adoção de crianças com alguma deficiência e adoção de grupos de irmãos. No seminário de encerramento do projeto propomos uma mesa redonda sobre o tema *"As especificidades da adoção de grupos de irmãos"*. Para tanto convidamos representantes da 1ª VIJDF, da Promotoria da Infância e da Juventude,

da Defensoria Pública da Infância e da Juventude. Participaram ainda da mesa uma técnica de um serviço de acolhimento e uma representante de um grupo de apoio a adoção. O debate foi muito proveitoso na medida em que os debatedores puderam dialogar com o público presente essa questão tão delicada que é separar os irmãos ou deixá-los eternamente nos entidade de acolhimento. Observamos que a participação da representante do serviço de acolhimento trouxe efetivamente dados de realidade ao debate tornando-o mais próximo da criança e o adolescente em situação de acolhimento. A composição da mesa proporcionou um debate em que estavam representados diferentes olhares e ângulos da questão.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período de elaboração e execução do projeto Caminhos para Adoção coincide com a implementação da Lei 12.010/2009<sup>15</sup>. Entre os aspectos mais relevantes para nosso trabalho destacamos a obrigatoriedade da preparação e acompanhamento dos adotantes (Art.50), a necessidade da preparação da criança para sua adoção e a observância da necessidade de escuta da criança, levando em consideração a sua opinião (Art.28).

Nesse sentido, nossa visão conflui com a preocupação revelada pela Nova Lei, que é a de incluir a criança/adolescente como parte ativa, conduzindo seus próprios destinos. A criança/adolescente é um sujeito de

direitos, desejos e sonhos, com uma história anterior à adoção, que precisa de um tempo para elaborar suas perdas e construir novos vínculos. O trabalho desenvolvido pelo projeto representou uma tentativa de preencher esta lacuna identificada em nosso percurso a partir do contato com os adotantes.

Entendemos que a filiação/parentalidade adotiva constitui um ato de amor. Amor que nasce de um ato de escolha e que se desenvolve pela aprendizagem e pela prática cotidiana das relações. É também um processo garantido pela lei, que transfere direitos e deveres de pais biológicos para outra família<sup>2</sup>. Dessa forma, dizemos que a adoção é um processo baseado no amor, no conhecimento e na lei. Esta complexidade revela que a construção do vínculo afetivo não depende somente de adotantes e adotandos. Neste processo estão implicados e são co-responsáveis diferentes atores sociais e instituições.

Seria uma ilusão imaginar que o trabalho neste sistema de relações pode transcorrer sem qualquer diferença de pensamento. O conflito é inerente ao trabalho com redes. O progresso não se dá sem atritos. A diversidade ora contribui para a ampliação, ora para a fragmentação.

Movimentar-se em rede exige certa dose de flexibilidade e este é o nosso desafio em projetos futuros: valorizar a diversidade de pensamento e a co-existência de perspectivas por acreditarmos que não existe apenas uma versão dos fatos, uma visão da realidade.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. GHESTI, I.; SILVEIRA, M. C. M. . **Pré-Natal da Adoção - o trabalho de preparação para adoção realizado na VIJ-DF**, 2002 (Comunicação oral).
2. GUIMARÃES, F.L.; SILVA, M.P.O.; PEREIRA, S.K.R. Projeto Pré-Adoção: Transformando o Tempo de Espera em Tempo de Preparação para a Adoção Legal. In: GALVÃO, I.; ROQUE, E. (Coord.). **Aplicação da Lei em uma Perspectiva Interprofissional: Direito, Psicologia, Psiquiatria, Serviço Social e Ciências Sociais na Prática Jurisdicional**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010, 225-236. ISBN: 978-85-3750-682-0
3. LADVOCAT, C. **Mitos e segredos sobre a origem da criança na família adotiva**. Rio de Janeiro: Booklink Publicações. ISBN: 85-88319-21-7

4. WEBER, L.N.D. O psicólogo e as práticas de adoção. In: GONÇALVES, H.S.; BRANDÃO, E.P. **Psicologia Jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora NAU, 2004, 99-140. ISBN: 85-85936-55-X
5. VARGAS, M.M. **Adoção Tardia: da família sonhada à família possível**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
6. MCNAMEE, S. A Reconstrução da Identidade: A Construção Comum da Crise. In: MCNAMEE, S.; GERGEN, K.J. (Orgs.), **A Terapia como Construção Social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998, 223-238.
7. GUIMARÃES, F.L.; COSTA, L.F.; PESSINA, L.M.; SUDBRACK, M.F.O. Famílias, adolescência e drogadição. In: OSORIO, L.C.; VALLE, M.E.P (Orgs.). **Manual de terapia familiar**. Porto Alegre : Artmed, 2009, 350-365. ISBN: 978-85-363-1464-8
8. MORENO, J.L. **Psicodrama**. São Paulo: Editora Cultrix, 12ª Edição, 1997.
9. GONÇALVES, C.S. ; WOLFF, J.R.; ALMEIDA, W.C. **Lições de Psicodrama: Introdução ao Pensamento de J.L. Moreno**. São Paulo: Ágora, 1998.
10. LEVINZON, G.K. **Adoção: clínica psicanalítica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
11. FRANÇA, D.B. **O mito da reprodução do amor materno**. Disponível em <<http://reconstruindovinculos.org.br>>. Acesso em: 06/06/2011
12. MAHLER, M. S. **O nascimento psicológico da criança: simbiose e individuação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
13. CAMPOS, M.V. **Características da Fase de Estágio de Convivência na Adoção Tardia**. In: GALVÃO, I.; ROQUE, E. (Coord.). **Aplicação da Lei em uma Perspectiva Interprofissional: Direito, Psicologia, Psiquiatria, Serviço Social e Ciências Sociais na Prática Jurisdicional**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.
14. FONSECA FILHO, J.S. **Psicodrama da Loucura: correlações entre Buber e Moreno**. São Paulo: Ágora, 1980.
15. BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei 8.069. Julho, 1990.